

# Diálogos e Experiências

Políticas públicas e desenvolvimento sustentável:  
o caso do pré-assentamento Chapadinha



**EMATER-DF**

2018

## **EMATER-DF**

**Escritório Central - Parque Estação Biológica - Ed. EMATER-DF  
CEP 70.770-915 - Brasília – DF - Telefone: (061) 3311-9330  
www.emater.df.gov.br | e-mail: emater@emater.df.gov.br**

### **TEXTO**

**Ana Paula Nery Rosado  
Roseli Garcia Medeiros da Cunha Oliveira  
Bruna Maria Heckler Cambiaghi**

### **FOTOS**

**Ana Paula Nery Rosado**

### **REVISÃO TÉCNICA**

**Loiselene Carvalho de Trindade  
Luiz Augusto Rocha  
Sandra Cristina de Sousa**

### **DIAGRAMAÇÃO**

**Evelyn Guedes**

**Realização: EMATER-DF  
Diálogos e Experiências EMATER-DF  
Ano 2018 Número 02**

**Brasília DF, março de 2018**

**O trabalho relata as atividades desenvolvidas entre o período de 2008 a 2016.**

A realidade que muitas vezes encontramos em acampamentos e assentamentos de reforma agrária é de potenciais agentes de produção familiar rural, muitas vezes excluídos do processo produtivo devido às difíceis condições em que se encontram no cenário da conquista do acesso à terra, ou mesmo durante a luta por esse objetivo. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - Emater-DF presta serviço de forma gratuita e acessível a vários assentamentos de reforma agrária dentro do Distrito Federal e, também, em algumas regiões do Entorno atendidas por contratos de chamada pública.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2014, mostram que a extrema pobreza no meio rural teve redução de 65,2% e a pobreza, 58,7% (PORTAL BRASIL, 2015). Faz parte do trabalho da Emater-DF contribuir com este cenário, promovendo o desenvolvimento rural sustentável por meio de um trabalho de educação não formal e continuada, com foco nos processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização dos produtos e dos serviços agropecuários, como preconiza a Política Nacional de ATER (Pnater). O presente trabalho, realizado em uma das gerências locais da Emater-DF, que esta publicação vem apresentar.

Políticas públicas são diretrizes de ações do poder público, sistematizadas ou formuladas em documentos que orientam ações que geralmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002).

Para Gehlen (2004), o desenvolvimento local é fortalecido por meio de políticas públicas que partem de diagnósticos com o objetivo de identificar as potencialidades e dificuldades para a formulação de uma proposta de desenvolvimento. Segundo o mesmo autor, uma estratégia para promover a inclusão social é a incorporação de recursos tecnológicos de baixo custo, por meio de ações associativas ou comunitárias que só terão sucesso se estiverem vinculadas a políticas públicas de apoio financeiro e técnico, de infraestrutura e de qualificação profissional.

A comunidade do pré-assentamento Chapadinha é atendida pela Emater-DF desde 2008 de maneira informal, uma vez que nessa época o local ainda era considerado um acampamento. A partir do final de 2010, as ações de ATER foram realizadas de forma mais efetiva e voltadas para a agricultura de base agroecológica, devido ao fato do assentamento estar localizado próximo ao Parque Nacional de Brasília. O presente relato visa a elencar as ações e estratégias que possibilitaram as famílias do pré-assentamento Chapadinha permanecerem na área rural e começarem a produzir alimentos orgânicos para o autoconsumo, além de poderem comercializar o excedente para obtenção de renda.

# Contexto Ambiental e Social

---

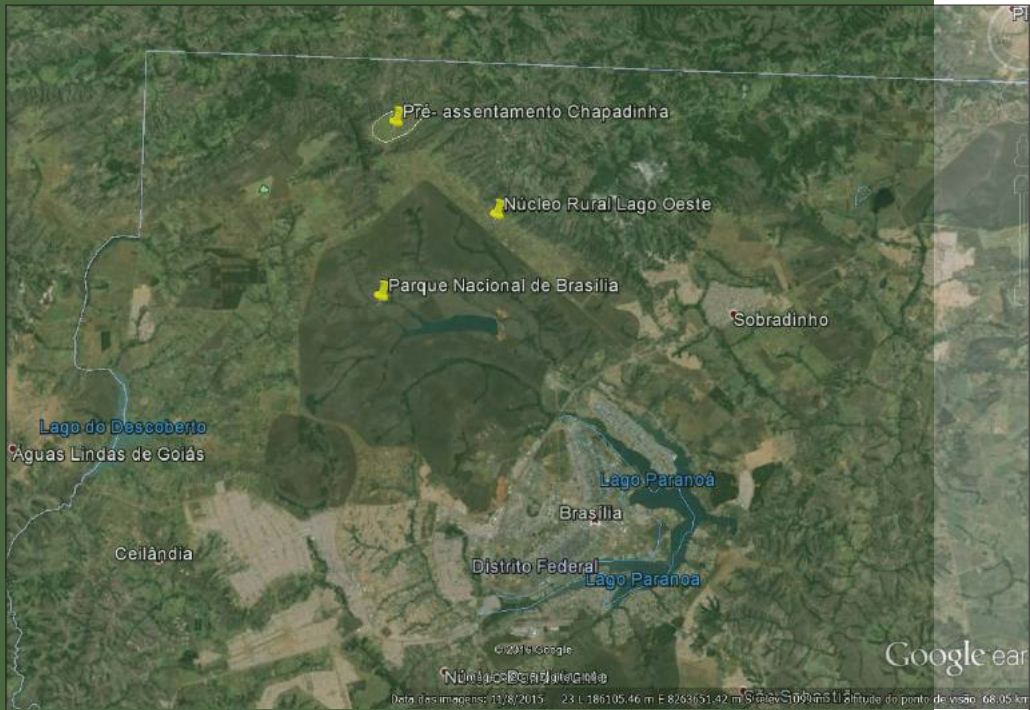
O pré-assentamento Chapadinha situa-se no bioma cerrado, *lato sensu*, compondo uma porção de cerrado nativo preservado e outra de áreas consolidadas, abertas para as atividades agropecuárias anteriormente ao ano de 2008, ano de promulgação da lei de crimes ambientais.

O projeto de assentamento Chapadinha engloba uma área de vegetação nativa próxima às áreas de preservação permanente, situadas fora de seu perímetro, do Parque Nacional de Brasília, bem como em áreas particulares vizinhas. Nas cercanias destas nascentes, já dentro do perímetro do assentamento, há áreas de cerrado nativo *lato sensu* preservadas e em regeneração. Tais áreas foram, e são, permanentemente objeto de reflorestamentos por iniciativa dos moradores locais com apoio da Emater-DF, Seagri-DF e ONGs sócioambientais.

A área está localizada na região administrativa de Sobradinho-DF, região hidrográfica do Tocantins/Araguaia, na bacia hidrográfica do Rio Maranhão e nas unidades hidrográficas do rio Palma e Pedreira (Figura 1). Atualmente, na comunidade, existem 30 cisternas e 4 poços tubulares que são utilizados para produção de hortaliças, dessedentação de animais, consumo e higiene. As profundidades variam entre 10 metros a 23 metros para as cisternas e 50 metros a 108 metros para os poços tubulares. Das 30 cisternas, 13 são manilhadas ao fundo, uma é totalmente manilhada e as demais são semimanilhadas. Algumas destas captações subterrâneas possuem outorga de uso de água expedida pela Adasa.

De acordo com o mapa de reconhecimento dos solos do DF, realizado pela Embrapa Cerrados (FARIAS et al., 2008), a região da Chapadinha possui duas classes de solos, conforme descrição abaixo:

- Cambissolos (C) - são solos rasos, bem drenados, apresentam vestígios do material de origem nos seus horizontes, sequência de horizontes A-Bi-C, onde Bi é um horizonte B incipiente.
- Latossolo Vermelho Amarelo (LVA) – esses solos são apresentados por um horizonte A moderado, textura argilosa, de maneira geral como solos profundos, bem drenados, homogêneos, muito intemperizados e lixiviados (poucos minerais primários) e com teores de argila geralmente médios ou altos, relevo plano e suave ondulado, o que facilita o uso de mecanização agrícola, possuindo, portanto, um bom potencial para a agricultura, desde que corrigidas suas limitações básicas que são relativas à fertilidade e toxidez por excesso de alumínio.



**Figura 1. Foto aérea da região do Distrito Federal onde está localizado o Pré-Assentamento Chapadinha (GOOGLE, 2015).**

Desde 2006, famílias sem terra lutam para que o pré-assentamento Chapadinha seja regularizado pelo Incra. Essas famílias estão ligadas à Federação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf).

Buscando facilitar as negociações para o assentamento das famílias sobre a terra, em 2007, o grupo que estava acampado sobre as terras da Fazenda Chapadinha constituiu a Associação dos Trabalhadores e Agricultores Familiares da Chapadinha-Astraf.

A partir de 2008, a comunidade começou a receber mais apoio de órgãos do Distrito Federal como da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF) por meio da doação de sementes de feijão e milho e adubos, fornecimento de horas de trabalho de trator para preparo da terra; além da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-DF) que começou a atender as demandas dos agricultores e realizar o cadastro das famílias por meio de um sistema operacional da Emater-DF no qual são registradas informações sobre o agricultor, propriedade, atividades agrícolas e não-agrícolas, produção e ações de ATER.

O trabalho da Emater-DF no pré-assentamento Chapadinha teve um enfoque voltado para a agricultura de base ecológica e também de gênero, visto que o trabalho feminino sobressaía na comunidade.

Como dito anteriormente, a área pleiteada junto ao Incra para consolidação do assentamento está situada nas proximidades do Parque Nacional de Brasília. Dessa forma os técnicos do Incra, juntamente com técnicos da Emater, Instituto Brasília Ambiental (Ibram), Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Ministério do Meio Ambiente, que estavam analisando a viabilidade do assentamento, definiram que o processo produtivo deveria ser de base ecológica. Foram enviados esforços para que a comunidade recebesse “kits” para produção de hortaliças e galinhas de base agroecológica, possibilitando um sistema produtivo completo e sustentável, além da implantação de políticas públicas de comercialização para promover a fixação das famílias à terra, com o compromisso assumido pelas famílias de que a produção deveria respeitar o meio ambiente e os aspectos sociais.

Há época, apenas algumas famílias possuíam uma pequena produção agrícola, pouco tecnificada e não havia uma comercialização estruturada. A realidade da comunidade consistia na dificuldade de permanecer na terra, pois não tinham recursos para investir na produção agrícola e alguns vendiam a sua mão de obra, muitas vezes na área urbana, para obtenção de renda. Além da insegurança alimentar, pois sem renda e com pouca produção agrícola algumas famílias tinham dificuldade de obter uma alimentação equilibrada em termos de quantidade e qualidade, a infraestrutura sanitária da comunidade também era precária.



Figura 2. Propriedade da Chapadinha com o PAIS

# Descrição da experiência

---

No passado, as ações extensionistas estiveram voltadas para as questões tecnológicas e produtivas, com esforços direcionados em gerar respostas produtivas e econômicas. Entretanto, considera-se que, concomitante às ações de cunho econômico, devem ser feitos trabalhos de intervenção social no sentido de qualificar e ampliar a ação extensionista, visando a alcançar os segmentos marginalizados e sem acesso às políticas públicas existentes e, tampouco, às ações de geração de trabalho e renda.

Assim, em 2010, a Emater-DF realizou a aplicação do questionário do Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural - IDCR (Orsi, 2009) no pré-assentamento visando constatar os maiores desafios e potencialidades da comunidade.

De acordo com Orsi (2009), o Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural - IDCR é uma ferramenta de trabalho utilizada para fazer levantamento de dados de uma comunidade de modo participativo, objetivando a construção de um plano de intervenção interinstitucional.

O questionário do IDCR permitiu conhecer o perfil da comunidade e o seu potencial produtivo, sendo que o maior ganho com a utilização dessa ferramenta no pré-assentamento foi a possibilidade dos técnicos terem um maior envolvimento com os agricultores e conhecimento acerca da comunidade, propiciando, ainda, o direcionamento de diversas atividades técnicas. Entende-se que esse envolvimento inicial com a comunidade foi um fator fundamental para que posteriormente as atividades participativas tivessem sucesso e culminassem na construção positiva de um processo de inclusão, empoderamento e cidadania.

O trabalho realizado pelos técnicos da Emater-DF é feito de maneira periódica e participativa nas áreas agrícola e animal, além da social e ambiental, sempre dando foco à agricultura orgânica e à agroecologia.

Atualmente, o pré-assentamento Chapadinha conta com 44 parcelas e 42 famílias, cada uma ocupando uma área de 10 ha, em média, na qual produzem hortaliças, frutas, grãos, pequenos animais e bovinos em pequena escala. Uma vez que o pré-assentamento ainda não possui regularização, o abastecimento de água, energia e saneamento são precários, contribuindo para a vulnerabilidade social das famílias que ali residem. Diante disso, o trabalho sistêmico da Emater-DF tem buscado estratégias para que, ano após ano, o pré-assentamento avance no desenvolvimento sustentável.

No final de 2010, a Emater-DF fez uma parceria com o Sebrae, e identificou 7 famílias da comunidade a serem contempladas com unidades do sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS). Essa parceria com o Sebrae proporcionou que as 7 famílias obtivessem insumos iniciais para implantar uma horta agroecológica com vários produtos basicamente hortaliças folhosas em formato mandala, com

cerca de 30m<sup>2</sup> de plantio com irrigação básica e integrada com uma pequena criação de galinhas. O trabalho de assistência técnica da Emater-DF proporcionou que a produção obtida a partir do PAIS pudesse, além de contribuir para a segurança alimentar das famílias, gerar excedentes da produção. Das 7 unidades implantadas inicialmente, 6 foram dirigidas por mulheres que se destacaram pela organização, empenho e trabalho em equipe.

Destaca-se o protagonismo feminino na comunidade como um fator importante observado e valorizado pelos extensionistas da Emater-DF atuantes no pré-assentamento, pois as ações e projetos desenvolvidos pelos extensionistas na comunidade, em sua maioria, foram negociados com as mulheres, que sempre estiveram à frente dos seus empreendimentos rurais, com muita dedicação e comprometimento.



Figura 3. Excursão técnica realizada em Padre Bernardo com o grupo de mulheres da Chapadinha

Uma agricultora, liderança feminina na Chapadinha, avaliou que por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) eles foram reconhecidos como agricultores familiares e tiveram acesso às políticas públicas para a agricultura familiar, conforme depoimento a seguir:

“Com a DAP já veio o PAIS, no qual os primeiros que vieram para cá foram sete. Então, nós só tivemos esse direito depois que nós tivemos a DAP, pois sem a DAP nós não éramos ninguém, nós não tínhamos direito a nada. Então, com a DAP na mão, aí o técnico da Emater foi nos colocando nos projetos, como foi esse do PAIS, que primeiro veio para sete pessoas e depois foi expandindo mais. Antes disso, todos nós sabemos que nós éramos plantando e colhendo, nós plantávamos milho, nós plantávamos feijão, mas nós não achávamos nem mesmo quem comprar. (...) depois dessa política foi que nós tivemos um pouco de valor. Um pouco não, muito valor.” (Agricultora Familiar 1)

Segundo uma liderança, a comunidade avançou em termos de organização produtiva e comercialização a partir de 2010, quando iniciaram o plantio das hortas após a entrega dos kits do PAIS aos agricultores:



“Em 2010 iniciamos o PAIS, tínhamos pouca produção, mas tinha. Era bem pouquinho, só pra família mesmo. Quando recebemos o PAIS eram bem pouquinhos pessoas que estavam produzindo. Comecei as feiras em 2011, foi a Feira da Candangolândia. Éramos três mulheres, a gente reveza quem ia, geralmente iam duas. A gente pegava um pouquinho de verdura de quem tinha, quem tinha alguma coisa, a gente pegava ... A gente trabalhava ali em grupo, ninguém ganhava de ninguém, ninguém pagava pra ninguém, aí fazia o trabalho dessa maneira. (...) Aí em 2012 foi quando começou o PAA aí deu um incentivo, aumentamos a horta, já tinha uma estrutura melhor, porque em 2010 quando a gente montou o PAIS tava recente ainda, bem recente.” (Agricultora Familiar 2)

O trabalho contínuo e sistemático de assistência técnica e o empenho da comunidade resultaram em uma maior produtividade agrícola, com geração de excedente. Assim, em 2012, a Emater-DF orientou os produtores a se inserirem em um programa de compra institucional do governo para comercializar esse excedente. Os extensionistas da Emater-DF fizeram o cadastro das famílias para comercialização no PAA, além de realizarem diversos cursos e visitas para orientações quanto ao plantio, padronização e higienização das hortaliças, bem como auxiliaram na recepção dos produtos nas Unidades de Recepção e Distribuição de Alimentos (URDA's) e no Banco de Alimentos da Ceasa. Como resultado, em 2012, 19 famílias comercializaram cerca de 30 toneladas de sua produção via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), auferindo um valor total de R\$ 82.034,56. Foram comercializados uma variedade de 30 tipos de hortaliças e frutas; na sua maioria milho verde, alface e abóbora seca, entregues geralmente no Banco de Alimentos da Ceasa, que recebe os alimentos dos agricultores e distribui para entidades socioassistenciais.

No caso desta comunidade, uma política pública culminou na ocorrência da outra, como foi o caso do plantio das hortaliças no PAIS que puderam ser entregues no PAA. Além disso, uma agricultora relatou os avanços que teve no uso da irrigação na sua produção entre uma política e outra:

“Através do PAIS nós conseguimos entregar no PAA. Foi uma dificuldade muito grande, porque a gente tinha o PAIS e eram só três canteirinhos, nós tínhamos que aumentar. Nós plantamos para entregar no primeiro ano do PAA, foi difícil, não foi fácil não. Foi uma dificuldade muito grande que nós passamos, todas nós trabalhávamos dia e noite, eu mesma trabalhava quase dia e noite, pois quando eu ia dormir era depois das duas horas, porque eu não tinha nenhum recurso, a não ser aquelas mangueirinhas para molhar no gotejamento... Eu achei quem me desse um aspersor daquele pequenininho.

Eu passava a noite quase toda mudando, eu começava as seis horas da tarde e ia até as duas horas da manhã pra poder molhar todinha a horta, pra poder ter o desenvolvimento pra eu poder entregar no PAA que era R\$ 4.500,00 na época. Eu entreguei esses R\$ 4.500,00, foi daí que eu fui melhorar a minha irrigação.” (Agricultora Familiar 1)

Inicialmente, uma parte dos agricultores não acreditava no potencial das compras institucionais, conforme relato de uma agricultora:

“Quem sempre faz a frente e quem incentiva os homens, são as mulheres. (...) A gente ganhava bem pouquinho, mas sabia que aquele pouquinho ia fazer a diferença. Aí quando eles foram vendo que estava melhorando, aumentando, a maioria deles depois que viu a gente fazer, foi se interessando.” (Agricultora Familiar 2)

No final do ano de 2012, 11 agricultores conquistaram a Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado a OCS (Organização de Controle Social), os quais foram cadastrados como produtores familiares orgânicos na Superintendência Federal de Agricultura do Distrito Federal. Mais uma vez o protagonismo feminino se destacou, pois dos 11 agricultores vinculados à OCS, 6 foram mulheres. Com essa declaração, esses agricultores passaram a comercializar produtos orgânicos diretamente ao consumidor, nos termos da Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e regulamentada pelo Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007. Atualmente, 26 agricultores possuem a Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado a OCS ativa.



Figura 4. Participação da Astraf e grupo de mulheres no Lançamento do Plano Safra 2013-2014

A certificação orgânica possibilitou aos agricultores a comercialização diferenciada de hortaliças e frutas orgânicas no PAA, auferindo, assim, um preço mais valorizado para os seus produtos. Desse modo, em 2013, 13 famílias da Chapadinha comercializaram mais de 6 toneladas de sua produção orgânica no PAA e doze famílias comercializaram cerca de 20 toneladas de seus produtos oriundos do sistema convencional.

Em 2013, com o apoio da Emater-DF na organização da documentação, a Astraf concorreu a uma chamada pública da Seagri-DF e conquistou uma Patrulha Mecanizada, composta por trator e implementos para atender às famílias da Chapadinha.

Ainda em 2013, um grupo de mulheres da Chapadinha concorreu ao Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República.



**Figura 5. Reunião técnica entre agricultoras do pré-assentamento Chapadinha, extensionistas da Emater-DF e representantes da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República.**

A organização de toda documentação necessária para concorrer ao edital, bem como a elaboração do relato de experiência do grupo de mulheres foi feito com o apoio da Emater-DF por meio de contatos, reuniões de dinamização e fazendo-se uso da técnica linha do tempo, no sentido de elucidar entre as mulheres as vivências naquela comunidade. O grupo ficou entre os 10 selecionados do Brasil e ganhou um prêmio de R\$20.000,00 que foi investido na aquisição de uma tobata, uma espécie de micro trator para atividade agrícola. A divulgação da conquista do prêmio fez com que o pré-assentamento ganhasse visibilidade, conforme relato abaixo:

“Se nós já tínhamos tido um pouco de atenção por parte das autoridades quando nós passamos a ter o PAIS, através da DAP que sem isso a gente não conseguiria nada, através do prêmio foi que a Chapadinha teve outra visão. Você vê que a gente é convidado, sempre que tem alguma coisa aí

fora, primeiro apresenta as mulheres de Chapadinha, por ter ganhado um prêmio e ter recebido das mãos da presidenta. Esse prêmio para nós foi um alevante de vida (...)" (Agricultora 1)



**Figura 6. Cerimônia de entrega da premiação no Palácio do Planalto com a participação da presidente da república, governador e ministra do MDS.**

No mesmo ano, por meio do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS), coordenado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN) foi aprovado o Projeto de Apoio à Consolidação do Assentamento Agroecológico da Fazenda Chapadinha. O projeto tem como objetivos a organização da produção agroecológica, a organização e qualificação da comercialização da produção agroecológica e orgânica, a melhoria das condições ambientais do assentamento e sua gestão eficaz. A execução desse projeto está em andamento e prevê a recuperação de curvas de nível, melhoria da conservação da área de preservação permanente, existente nas proximidades do assentamento e a construção de um galpão para higienização e beneficiamento dos produtos agrícolas que está em fase de acabamento.

Também em 2013, os agricultores iniciaram a comercialização na Feira do Padre, em Sobradinho-DF e, também, na Ceasa, conforme figura 7. A comercialização foi, em sua maioria, realizada por mulheres. Nesse momento, além da comercialização governamental, a comunidade começou a inserir seus produtos no mercado privado, por meio de feiras livres.

Conhecendo o potencial produtivo da comunidade e com o objetivo de incentivar a comercialização dos produtos e gerar renda para os produtores orgânicos da Chapadinha, a Emater-DF visualizou no Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF (Lei nº 4.752, de 7 de fevereiro de 2012), criado pelo Governo do Distrito Federal, uma oportunidade para os agricultores da Chapadinha. Foi lançado

por meio do PAPA/DF, ainda no ano de 2013, um edital de aquisição de produtos orgânicos elaborado pela antiga Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal-Sedest, em parceria com os técnicos da Emater-DF e da Seagri-DF. Dessa forma, com o apoio dos extensionistas da Emater-DF, a associação da Chapadinha concorreu ao edital e foi selecionada.

O edital compreendia a entrega de cestas verdes orgânicas compostas por hortaliças e frutas para o atendimento a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional ou em vulnerabilidade social pela Sedest, que se estendeu pelo ano de 2014. Assim, a Emater-DF designou técnicos da sua Gerência de Desenvolvimento Econômico (Gedec) para auxiliar a equipe de extensionistas que já atendiam ao pré-assentamento Chapadinha para realizar o planejamento produtivo de forma grupal de modo a atender às demandas de produtos da cesta verde orgânica.



**Figura 7. Agricultora familiar do pré-assentamento Chapadinha comercializando na CEASA.**

**Fonte: Sebrae**

Foi um trabalho participativo intenso com a comunidade, por meio de reuniões de dinamização, reuniões técnicas, atendimentos no campo, que contou com a atuação de extensionistas de várias áreas, como nutricionistas que orientaram quanto aos tipos de nutrientes que deveriam compor as cestas das famílias em situação de vulnerabilidade social que seriam beneficiadas, além de agrônomos que fizeram um calendário de plantio associado ao cardápio proposto para que a entrega pudesse contemplar uma cesta com todos os itens o ano todo e aproveitando itens da estação e, extensionistas de outras áreas, como economistas domésticos, médicos veterinários, zootecnistas e outros técnicos que auxiliaram na organização da logística de produção e entrega.

Esse trabalho foi realizado durante várias reuniões na comunidade, nas quais também foram ouvidas as dificuldades, sugestões e demandas dos agricultores envolvidos e consideradas na proposição de soluções. A execução do contrato do PAPA-DF, no ano de 2014, possibilitou a permanência de diversos agricultores no campo, juntamente com as demais formas de comercialização que já vinham sendo implementadas.

“Essa cesta foi um incentivo aonde muita gente conseguiu melhorar a sua propriedade, manilhar uma cisterna... O resultado foi que muitas pessoas precisavam sair para buscar o seu sustento fora, com o dinheiro da cesta, viu que podia fazer diferença, foi um dinheiro maior que o PAA e um incentivo

maior. Aí pensava assim, o ano que vem vai sair o dinheiro da cesta, eu preciso me preparar, eu preciso investir, então eu vou pegar esse dinheiro aqui e vou investir para que se hoje eu tenho x, ano que vem eu quero ter duas vezes x. E era uma coisa que você nem precisava estar saindo para entregar, porque a associação cuidou de toda a parte da logística. Então vinha entregar só aqui no galpão e pronto. Foi o ponto fundamental pra pessoa ver que realmente era possível viver da terra. Foi o ponto fundamental complementando as feiras e o PAA. Porque o PAA era muito bom, mas ainda não era o suficiente para as famílias se manterem na terra, tirar seu sustento e criar a sua família aqui.” (Agricultora Familiar 2)

A agricultora relatou, ainda, o fundamental apoio que recebeu da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal:

“A Emater ajudou desde o início, até mesmo na questão da documentação, na logística, os grupos de produção quem ajudou a montar foi a Emater. Pra gente não faltar com o nosso compromisso e não faltar nenhum produto, eu lembro muito bem que foi a Emater que ajudou. Pra não colocar abobrinha e você faltar com a abobrinha... Foi uma sugestão, foi uma ideia da Emater a formação dos grupos de produção, de composição da cesta, que ajudou bastante. Orientou também quais produtos eram perecíveis, que não davam pra ir de um dia pro outro... Então, assim, a Emater foi fundamental em tudo, do início da publicação do edital, até mesmo na montagem das cestas, ajudou muito na programação de plantio. Foi aí que a gente começou a fazer padronização, higienização, muitas coisas assim, foi o ponto fundamental. A questão das parcerias também a Emater ajudou, a gente não tinha muito contato com as pessoas, aí a gente foi conseguindo através da Emater de um lugar, de outro, fomos conseguindo os contatos das parcerias.” (Agricultora Familiar 2)

Até o final de 2014, a Astraf executou R\$ 362.688.73 do contrato, o que equivale a 5.314 cestas verdes orgânicas, cada uma com dezoito quilos de hortaliças e frutas. As cestas verdes não eram compostas por hortaliças folhosas o que incentivou o plantio de hortaliças que antes eram pouco cultivadas pelos agricultores orgânicos da Chapadinha, como inhame, batata doce e cenoura. Este incentivo pode ser observado na participação destes agricultores no PAA, já que as duas políticas públicas de compras institucionais se complementam. Em 2013, dos produtos orgânicos comercializados por eles no PAA, 39% foram de alface e cebolinha, já a batata doce e a abóbora seca somadas representaram 10% do que foi comercializado. No entanto em 2015,



**Figura 8. Capacitação feita pela Emater sobre boas práticas agrícolas e padronização de hortaliças.**

após a participação deles na comercialização das cestas verdes, estes dois produtos representaram 47% do volume comercializado. Esta diversificação na produção foi importante, pois incentivou o cultivo de hortaliças que possuem uma durabilidade maior e também aumentou a diversidade de produtos para serem comercializados nas feiras.

A área social da Emater-DF identificou, em novembro de 2013, 14 famílias que ainda possuíam perfil de extrema miséria no pré-assentamento e elas foram inseridas no projeto de estruturação produtiva do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Essas famílias foram contempladas com o fomento no valor de R\$ 2.400,00, distribuídos em três parcelas, para aplicação em uma atividade produtiva com a assistência técnica da Emater-DF. Os projetos foram elaborados por técnicos da Emater-DF juntamente com as famílias, sendo que dos quatorze projetos elaborados, seis foram de avicultura de corte, quatro de fruticultura e quatro de olericultura, todos no sistema agroecológico.

O PBSM possibilitou aos agricultores investirem em uma atividade produtiva de interesse e o PAA possibilitou a comercialização dos produtos, uma vez que o público atendido foi considerado prioritário na comercialização via compras institucionais.

“Aí veio o Brasil Sem Miséria, com o dinheiro do Brasil Sem Miséria eu comprei as mangueiras e aí eu plantei as batatas, pois o meu projeto era de batata doce. Plantei as batatas, mas aí também não deu para entregar no PAA, as batatas eu vendi tudo na feira. (...) Eu vendi na feira da Candangolândia. No começo, quando nós conseguimos entregar no PAA, foi quando o técnico arrumou a primeira feira pra nós que foi a feira da Candangolândia. A Candagolân-

dia é a mãe de todas... A Emater nos deu oportunidade de dar os primeiros passos.” (Agricultora Familiar 1)

A mesma agricultora relata que com os recursos advindos da comercialização da batata doce do projeto do PBSM, ela pode investir em sua produção e pretende investir ainda mais após comercializar as suas hortaliças no PAA:

“Com o que eu vendi das batatas doce, eu comprei as antenas, comprei mais uma bomba, comprei mais mangueira, porque eu quis aumentar o meu PAIS. Porque o meu PAIS tem bastante canteiros né, são 10 canteiros no PAIS, eu quis aumentar esses 10 canteiros... Como esse ano eu plantei milho, porque eu quis mudar o círculo, pra descansar um pouco a terra, pra poder voltar a plantar, aí foi quando eu abri o SAF lá pra baixo. Aí lá pra baixo eu já plantei inhame, batata doce... Continuei com as batatas doce, não vou entregar esse ano a batata doce no PAA, porque eu to levando todas para a feira, na feira o preço está melhor. Não sei o preço do PAA, mas na feira o preço está melhor e você vende e recebe o dinheiro mais rápido, né?! E plantei cenoura, beterraba, plantei arroz, plantei feijão, plantei milho, plantei tudo lá pra baixo, nesse meio aí eu plantei banana, laranja, limão, mamão, quero expandir melhor lá pra baixo. Esse ano eu quero aumentar mais, quando eu entregar no PAA, se Deus quiser.” (Agricultora Familiar 1)

Devido às mudanças na prestação de contas do governo, em 2014 foi adotada uma nova modalidade de comercialização via PAA-Termo de Adesão. Com isso, o recurso foi pago ao agricultor via banco. Nesse ano, quatorze agricultores entregaram aproximadamente 8 toneladas de alimentos nessa modalidade de PAA, auferindo um valor total de R\$ 26.900,00. Por ser uma nova modalidade do PAA, alguns entraves foram encontrados pelos agricultores na comercialização, como problemas com documentação, dificuldade de adaptação devido a nova forma de operacionalização e falta de cartão para recebimento. Isso fez com que houvesse uma redução no número de agricultores que comercializaram seus produtos via PAA no ano de 2014, quando comparado ao ano anterior.

Em 2014, os técnicos da Emater-DF pleitearam, juntamente com a Astraf uma emenda parlamentar para a comunidade, com o objetivo de angariar recursos para corrigir a dificuldade de fertilidade do solo na Chapadinha. Os extensionistas da Emater-DF observaram que os aspectos restritivos para uso agrícola do pré-assentamento Chapadinha são, em geral, os mesmos de solos típicos do bioma de cerrado. Tipicamente pouco férteis, argilosos, álicos, com baixos níveis de matéria orgânica, fósforo e outros nutrientes. Tratam-se de solos cuja correção e adubação são necessárias para



permitirem uma viabilidade técnica significativa de produção. Assim, para melhorar a produtividade dos plantios na comunidade, seria necessária a correção do solo por meio da adição criteriosa de calcário agrícola, mediante análises de solo e o recebimento de insumos e fertilizantes agrícolas adequados à produção. O recurso da emenda possibilitou a aquisição de insumos orgânicos para produção de hortaliças. Também foi possível fazer a correção de solo por meio da adição de calcário adquirido por essa emenda.

No Distrito Federal existe uma política pública de crédito rural social denominada Fundo de Desenvolvimento Rural Social, que fomenta a realização e elaboração de projetos dirigida às associações e cooperativas dentro do conselhos de desenvolvimento rural destinados a aquisição de máquinas, equipamentos agrícolas e veículos utilitários e a implantação de projetos de infraestrutura social, produtiva, ambiental, hídrica, de transportes e de lazer comunitários na zona rural do Distrito Federal. Assim, em 2014 a Astraf participou da chamada pública realizada pela Seagri-DF, com recursos do FDR-Social, para aquisição de um caminhão. Esse veículo foi de grande importância para a logística de entrega dos produtos comercializados pela comunidade, pois faz o transporte dos produtos agrícolas para as feiras e para os pontos de entrega das compras institucionais, conforme relato a seguir:

“O caminhão é usado para levar as coisas pra feira, pra levar as coisas para o PAA. No dia de entregar no PAA, ele sai passando nas casas, a gente contribui com o óleo, claro não dá pra trabalhar também de graça... Foi muito bom pra quem não tem o transporte, como eu... pra mim foi muito bom, foi bom não, foi ótimo...” (Agricultora Familiar 1)

Buscando alavancar ainda mais a produção agrícola dos assentados ainda em 2014, 6 produtores acessaram o crédito na linha do Próspera. Em 2016, mais 3 produtores também contrairam o crédito para dar continuidade ao desenvolvimento produtivo da propriedade.

Diante da necessidade de continuar a comercialização de seus produtos, os agricultores buscaram novos pontos de comercialização no Distrito Federal. Assim, entre 2014 e 2015 eles conquistaram espaços de comercialização no Mercado da Agricultura Familiar do Centro de Capacitação e Comercialização (CCC), na Presidência da República e no galpão da associação do Núcleo Rural Lago Oeste, totalizando seis feiras, considerando os pontos de comercialização adquiridos anteriormente - Candangolândia, Ceasa e Feira do Padre em Sobradinho.

“A saída foram mais feiras. A gente precisava produzir, as pessoas já tinham feito um projeto de vida para viver aqui... Aí não veio mais a cesta, veio o

PAA, que foi bom, pois este ano veio com uma cota maior, mas mesmo assim...” (Agricultora Familiar 2)

Os agricultores familiares da Chapadinha se dividiam para vender os seus produtos nos diversos espaços de comercialização conquistados pela Astraf. Com a experiência de organização em grupo adquirida na montagem das cestas verdes orgânicas para atendimento ao edital de chamada pública do PAPA-DF, os agricultores formaram um grupo para comercializar os seus produtos em todos os pontos de comercialização conquistados pela Astraf.

“As feiras eram todas divididas em grupo, só que tinham outras pessoas que precisavam mandar os seus produtos e não estavam encontrando espaço. Às vezes estava faltando a mercadoria daquelas pessoas também... Todas as feiras eram em nome da associação, aí a gente viu a necessidade de atender a todos, aumentou a quantidade de pessoas com a certificação, hoje já somos 28 certificados... Aí a gente resolveu juntar todos os grupos e formar um grupo único da associação, todos trazem a mercadoria e elas são distribuídas para todas as feiras. Aí nós fizemos uma comissão de organização e comercialização com regulamento, para um grupo atender todas as feiras.” (Agricultora Familiar 2)

Essa solução encontrada pela comunidade foi bastante interessante, pois havia um problema a ser resolvido com a conquista de novos pontos de comercialização privada. A questão era que todos queriam participar o máximo possível das feiras para dar vazão aos seus produtos, porém além de se ausentarem da produção na sua propriedade por um tempo maior, o que poderia comprometer o manejo de sua produção, algumas famílias também dependiam do veículo de outros companheiros para transportar seus produtos. Então, essa união possibilitou uma banca sempre com produtos diversificados e resolveu a questão da logística de transporte, pois o combustível utilizado no veículo é rateado entre os agricultores e todos podem participar se revezando, de modo que o agricultor tem a oportunidade de cuidar de sua propriedade e de acordo com a escala fica responsável pela comercialização nas feiras.

O dinheiro arrecadado nas feiras é dividido entre todos os agricultores participantes do grupo, mesmo que naquele dia ele não tenha ido presencialmente à feira. Essa construção mostra o empoderamento que a comunidade foi conquistando, o que permitiu uma melhor organização para participar de mercados privados.

Uma agricultora relatou a importância da comercialização em feiras, visto que os programas de compras institucionais não ocorrem de forma contínua e o pagamento não é feito imediatamente após a venda.



Figura 9. Comercialização na Semana dos Alimentos Orgânicos

“O PAA é bom porque chega um dinheiro no moio, chega muito, mas é uma coisa que você só entrega três meses ou quatro meses, parou. A cesta verde do mesmo jeito, você vai entregar quatro ou cinco meses, também parou, mas continuam as feiras, né?! (...) Bom, todas são bem vindas, vender pro governo é bom, mas vender para os clientes é melhor ainda, porque é uma coisa que você vende e já está recebendo o dinheiro, é uma coisa que você vende a vista. Então, todos são bons, mas a feira é melhor. Você pode fazer uma compra, eu não sou muito de comprar a prestação, na certeza de que você vai pra feira, você pode não vender muito, mas na outra você tem certeza que vai vender, porque as vendas melhores são no final de mês, mas a gente tem certeza que vai vender e vai receber.” (Agricultora Familiar 1)

Por se tratar de um assentamento rural predominantemente agroecológico, é constante a preocupação com a contaminação do meio ambiente, principalmente a contaminação da água. Dessa forma, em 2015, a Emater-DF negociou com o Sebrae para que os recursos da Fundação Banco do Brasil se destinassem a aquisição de equipamentos para confecção de fossas biodigestoras. O funcionamento se dá em três diferentes compartimentos, sem sumidouro e a partir de uma atividade microbiológica decorrente da adição contínua de esterco de gado fresco ou quaisquer microorganismos decompositores eficientes.

A adoção de técnicas de produção orgânica e sustentável foi ainda mais difundida para os produtores uma vez que em 2015 foi instalada uma Unidade Demonstrativa (UD) de Cultivo Agroflorestal, com foco na olericultura. Para instalação dessa UD, além

da assistência técnica da Emater-DF, contou-se ainda com a parceria da Universidade de Brasília e Secretaria de Educação do Distrito Federal. Essa unidade serve de referência e reafirmação das técnicas de cultivo consorciado, uso de cobertura morta para aumento da fertilidade e economia de água, uso de quebra vento e manejo orgânico da fertilidade do solo.

A venda dos produtos agrícolas causou um estímulo nos agricultores para aumento da produção, com isso também foi necessário a expansão dos pontos de venda. Assim, no ano de 2015, os produtos também estão sendo comercializados nas feiras da Presidência da República e no Mercado da Agricultura Familiar do Centro de Capacitação e Comercialização-CCC.

Em 2015, 19 agricultores participaram do PAA, comercializaram vinte e quatro toneladas de hortaliças orgânicas via PAA Termo de Adesão, auferindo um valor total de R\$ 114.974,00 (tabela 1).

Tabela 1. Descrição da participação dos agricultores do pré-assentamento Chapadinha no PAA no período de 2012 a 2016.

PAA	2012	2013	2014	2015	2016
Total de participantes	19	25	14	19	19
Nº de agricultores convencionais	19	12	6	0	0
Nº de agricultores orgânicos (OCS)	0	13	8	19	19
Nº de produtos convencionais	30	28	17	0	0
Nº de produtos orgânicos		22	24	22	24
Quantidade de produtos convencionais (t)	31	20	5	0	0
Quantidade de produtos orgânicos (t)		7	3	24	12
Valor financeiro agricultores convencionais (R\$)	R\$ 82.035	R\$ 53.986	R\$ 12.979	R\$ -	R\$ -
Valor financeiro agricultores orgânicos (R\$)	R\$ -	R\$ 50.776	R\$ 13.922	R\$ 114.974	R\$ 64.052
Valor financeiro total (R\$)	R\$ 82.035	R\$ 104.762	R\$ 26.901	R\$ 114.974	R\$ 64.052

O aumento dos pontos de venda demandou um aumento na produção. Contudo, a dificuldade de água para produzir as hortaliças ainda persiste. Cada agricultor possui uma área irrigada de aproximadamente 200 m<sup>2</sup>, com isso está havendo a necessidade de um planejamento da produção do pré-assentamento como um todo. Essa dificuldade produtiva tem contribuído para uma maior organização e um fortalecimento nas relações entre os agricultores.

Devido ao grande número de pontos de comercialização os agricultores tiveram que ampliar suas áreas produtivas, o que para alguns produtores foi possível por meio do crédito do Próspera. Atualmente, 7 produtores já tem em média 1 ha plantado.

A produção orgânica vinda de um pré-assentamento também chamou a atenção do Senai que entrou em contato com a ASTRAF para comprar olerícolas orgânicas. As negociações aconteceram no final de 2016 e atualmente a ASTRAF tem comerciali-

zado mensalmente em torno de 10 a 20 mil reais em produtos orgânicos.

Negociações também foram feitas, em 2016, para continuidade ao PAPA-DF, via Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh) para aquisição das cestas verdes. O novo contrato foi assinado no referido ano no valor de aproximadamente 2 milhões de reais a ser executado em 1 ano, sendo possível renovar por mais 1 ano.

Com todo esse aumento na forma de comercialização, os produtores estão tendo que mudar a forma do reconhecimento de sua produção orgânica. Isto é, com a OCS eles só poderiam comercializar de forma direta em feiras e para os programas de governo, mas como alguns produtores querem fechar vendas com restaurantes e pequenos sacolões, faz-se necessário a mudança de certificação orgânica para auditoria independente. Isso mostra que os produtores estão ficando menos dependentes de políticas públicas e tornando-se verdadeiros empreendedores.

Há de se ressaltar o esforço da comunidade e dos técnicos da Emater-DF na busca de recursos de diferentes fontes para o desenvolvimento comunitário. Nesse sentido, pode-se citar a destinação de recursos, por meio da Seagri, que viabilizaram a aquisição de insumos para plantio de grãos e hortaliças em sistema agroecológico. Além destas, outras ações de cunho produtivo, econômico e social, estão sendo implementadas no pré-assentamento Chapadinha, de forma gratuita e acessível.

As ações e experiências apresentadas contribuíram para a inclusão sócio-produtiva das famílias e aceleraram as negociações para o reconhecimento da comunidade como um pré-assentamento. Atualmente, as famílias produzem os seus alimentos de forma ecológica e saudável, contribuindo para a segurança alimentar de suas famílias e, com esses alimentos, garantem a renda familiar. Os processos participativos cooperam para a organização, fortalecimento e desenvolvimento da comunidade. Sobre a produção de hortaliças orgânicas, uma agricultora fez a seguinte avaliação:

“A vantagem é muita, muita, muita, muitíssima. Só de você vender um produto, vender uma mercadoria, como nós vendemos na Candangolândia, o freguês chega e diz assim, eu vou comprar uma alface porque pelo menos eu vou comer uma alface limpa. Na Candangolândia são três bancas de verduras. Então, tem uma convencional desse lado e tem outra convencional na nossa frente, de muitos fregueses, mas você vê a pessoa sair de lá e comprar a sua mercadoria dizendo: eu vou comprar a sua, porque a sua é boa. Isso é uma vantagem muito grande, é ou não é?! Pra mim é uma vantagem a pessoa confiar na mercadoria que ela está levando e chegar na outra semana e dizer: eu vou levar mais, porque eu comprei sua mercadoria, o alface durou, a couve não amarelou, o coentro é bom, o coentro tem cheiro, o hortelã, o tomilho tem outro sabor... Isso é muito bom, é gratificante, pode ser

cheio de sacrifício, mas é gratificante você trabalhar.” (Agricultora Familiar 1)

Desse modo, além da produção saudável das hortaliças, os agricultores obtêm, ainda, um diferencial na comercialização dos seus produtos, uma vez que são valorizados pelos consumidores.

Todas as políticas públicas apresentadas foram de fundamental importância para o desenvolvimento comunitário e foram viabilizadas pelos extensionistas em seu trabalho de assistência técnica e extensão rural e, também, pelo engajamento da associação e das mulheres da comunidade. É importante ressaltar que a produção agroecológica permeou o desenvolvimento das diversas políticas públicas que foram executadas no pré-assentamento, uma vez que ela estabelece relações justas, viáveis e corretas entre agricultores, produção e meio ambiente.

Outro resultado que merece destaque é o aprendizado dos técnicos que atuam no pré-assentamento, principalmente no que tange à agroecologia e a organização social.

“Para fortalecer o trabalho de cunho agroecológico no pré-assentamento, os extensionistas que atendiam a área buscaram capacitação de modo a ampliar o conhecimento técnico. Outro fator importante para o sucesso do trabalho foi a sensibilidade dos técnicos ao lidar com um público que tem as suas especificidades, conhecimentos e lutas. As trocas realizadas entre os extensionistas e agricultores e os atendimentos realizados em grupo, sempre buscando parceria com a associação, foram enriquecedoras para os técnicos e para a comunidade. Posso afirmar que o trabalho realizado nessa comunidade foi formador de extensionistas com vasta experiência na área social, ambiental e econômica. (Extensionista Rural, 32 anos)

Por meio dos resultados elencados, é evidente a evolução da comunidade, tanto em questões produtivas, como sociais e econômicas. É possível visualizar que a prestação de serviços de ATER de qualidade em conjunto com a organização produtiva local e o acesso a comercialização via mercados públicos e privados são fatores que possibilitam o empoderamento e o desenvolvimento comunitário.

# Potencialidades e Limites

---

A ATER desenvolvida pelos técnicos da Emater-DF foi capaz de promover uma evolução no pré-assentamento Chapadinha pela convergência de políticas públicas. Dessa forma, quando os técnicos se dispõem de políticas públicas adequadas, e compreendem a sua importância, eles auxiliam no desenvolvimento econômico e social dos agricultores.

Devido à proximidade do pré-assentamento com o Parque Nacional de Brasília-DF, os agricultores tiveram que assumir um compromisso de produção sustentável de alimentos. Assim, a sensibilização e o entendimento por parte dos agricultores da importância do meio ambiente, foi de grande importância à implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-Pnater.

A limitação para maior abrangência das políticas públicas é a falta de um motivo conjuntural para a população alvo das políticas, isto é, a adoção ou não de políticas depende do acesso a um direito, no caso específico do pré-assentamento Chapadinha, o direito à terra.

O trabalho desenvolvido pela Emater-DF no pré-assentamento Chapadinha já está sendo replicado, uma vez que a liderança local é um dos dirigentes do movimento da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) que está disseminando a forma como o pré-assentamento vem obtendo sucesso. Há que se falar que o público beneficiário ainda está sendo capacitado sobre a forma orgânica de produção. Inicialmente a produção de alimentos era para subsistência, hoje há necessidade de uma produção maior devido aos vários pontos de venda direta mantidos por essa comunidade. A assistência técnica e extensão rural ainda se faz necessária por ser o meio pelo qual os agricultores tem acesso à política Federal e Distrital para agricultura.

Vale ressaltar ainda que no pré-assentamento há uma grande prevalência de mulheres. A questão do gênero também contribuiu para o sucesso da adoção da forma orgânica de produção, pois as mulheres foram as primeiras a adotar essa prática produtiva bem como iniciaram o processo de comercialização.

# Referências

---

- FARIAS, Marcus Fábio Ribeiro. et al. **Levantamento de solos do Parque Nacional de Brasília, Escala 1:50.000**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. 66 p. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/571890/1/bolpd220.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2018.
- GEHLEN, Ivaldo. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a10v18n2.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2018.
- GOOGLE. Google Earth. Version7.1.5.15572015. Sobradinho, Distrito Federal. Disponível em: <<https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>>. Acesso em: 24 mai. 2016.
- PORTAL BRASIL. Novo estudo mostra motivos da queda da pobreza na área rural. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/12/novo-estudo-mostra-motivos-da-queda-da-pobreza-na-area-rura>>. Acesso em: 04 out. 2016.
- ORSI, Sérgio Dias. **IDCR: índice de desenvolvimento comunitário rural**. Brasília: Emater-DF, 2009. 28 p.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 04 ago. 2014.
- 

## INFORMAÇÕES

Centro de Capacitação - CENTRER  
(61) 3311-9492/3311-9496

Escritório de Comercialização  
(61) 3311-9383

Coordenação de Agroecologia  
(61) 3311-9469



## EMATER-DF SEDE

Parque Estação Biológica - Ed. EMATER-DF  
CEP 70.770-915 - Brasília-DF | Fone: 3311-9300  
Site: [www.emater.df.gov.br](http://www.emater.df.gov.br) | E-mail: [emater@emater.df.gov.br](mailto:emater@emater.df.gov.br)

## GERÊNCIAS LOCAIS

### Alexandre de Gusmão

Fone: 3311-9382 | 3540-1916  
[alexandregusmao@emater.df.gov.br](mailto:alexandregusmao@emater.df.gov.br)

### PAD/DF

Fone: 3339-6516  
[paddf@emater.df.gov.br](mailto:paddf@emater.df.gov.br)

### Brazlândia

Fone: 3391-1553  
[brazlandia@emater.df.gov.br](mailto:brazlandia@emater.df.gov.br)

### Paranoá

Fone: 3369-1327  
[paranoa@emater.df.gov.br](mailto:paranoa@emater.df.gov.br)

### Ceilândia

Fone: 3471-4056  
[ceilandia@emater.df.gov.br](mailto:ceilandia@emater.df.gov.br)

### Pipiripau

Fone: 3501-1990  
[pipiripau@emater.df.gov.br](mailto:pipiripau@emater.df.gov.br)

### CENTRER - Centro de Capacitação Tecnológica e Desenvolvimento Rural Instituto Federal de Brasília - IFB

Fone: 3311-9386  
[centrer@emater.df.gov.br](mailto:centrer@emater.df.gov.br)

### Planaltina

Fone: 3389-1861  
[planaltina@emater.df.gov.br](mailto:planaltina@emater.df.gov.br)

Escritório de Comercialização  
Fone: 3311-9383  
[escom@emater.df.gov.br](mailto:escom@emater.df.gov.br)

### Rio Preto

Fone: 3501-1993  
[riopreto@emater.df.gov.br](mailto:riopreto@emater.df.gov.br)

### Gama

Fone: 3556-4323  
[gama@emater.df.gov.br](mailto:gama@emater.df.gov.br)

### São Sebastião

Fone: 3339-1556  
[saosebastiao@emater.df.gov.br](mailto:saosebastiao@emater.df.gov.br)

### Gerência de Projetos Estratégicos Leste (Formosa-GO)

Fone: 98525-6646  
[formosa@emater.df.gov.br](mailto:formosa@emater.df.gov.br)

### Sobradinho

Fone: 3387-6982  
[sobradinho@emater.df.gov.br](mailto:sobradinho@emater.df.gov.br)

### Gerência de Projetos Estratégicos Noroeste

(Pe. Bernardo)  
Fone: 98464-7835  
[padre.bernardo@emater.df.gov.br](mailto:padre.bernardo@emater.df.gov.br)

### Tabatinga

Fone: 3501-1992  
[tabatinga@emater.df.gov.br](mailto:tabatinga@emater.df.gov.br)

### Jardim

Fone: 3501-1994  
[jardim@emater.df.gov.br](mailto:jardim@emater.df.gov.br)

### Taquara

Fone: 3483-5950  
[taquara@emater.df.gov.br](mailto:taquara@emater.df.gov.br)

### Vargem Bonita

Fone: 3380-2080  
[vargembonita@emater.df.gov.br](mailto:vargembonita@emater.df.gov.br)

**EMATER-DF**

Secretaria de Agricultura  
Abastecimento e  
Desenvolvimento Rural

